

Política agrícola ou política ambiental para resolver os problemas da Amazônia?^{1,2}

Alfredo Homma³

O território ocupado pela Amazônia brasileira é tão extenso (corresponde a 60% do território brasileiro) que nele cabe mais da metade dos países europeus. A contribuição econômica da região para o PIB nacional é, porém, de apenas 8%. Nessa região, vivem 25 milhões de habitantes, que representam 13% da população brasileira.

Mais de 72 milhões de hectares da Amazônia brasileira já foram desmatados, correspondendo a 17% do seu território, área duas vezes maior do que a do Japão ou da Alemanha, respectivamente a segunda e a quarta economia do mundo.

Dois grandes desafios se apresentam à exploração sustentável da Amazônia, ou seja, sem destruição. O primeiro refere-se à de como manter a *primeira natureza*, representada pela floresta original. O segundo é a de como transformar a *segunda natureza*, representada pelas áreas desmatadas, em uma *terceira natureza*, com atividades produtivas sustentáveis.

A Amazônia brasileira não é homogênea. Ela é dividida em nove estados e cada estado, como se fosse um país, apresenta diferentes tipos de atividade econômica e de formação histórica, social e política, a exigir tratamento

diferenciado. No Estado de Mato Grosso, a agricultura representa 24,9% do PIB; no Estado do Amazonas, a participação da agricultura é de apenas 5%; no Amapá, de 3,7%; em Roraima, de 7,7%; no Pará, de 9,2%; no Maranhão, de 16,6%; no Acre, de 16,8%; em Tocantins, de 18,5%; e em Rondônia, de 19,4%. A inclusão das áreas de Cerrado na Amazônia Legal tem sido motivo de diversos equívocos na contabilidade da destruição das florestas tropicais.

Na Amazônia, os problemas não são isolados. As questões ambientais derivam de problemas econômicos e sociais, que, por sua vez, dependem de soluções que ultrapassam os limites dessa região. Um desses problemas resulta do contínuo fluxo de migrantes nordestinos em direção à Amazônia, tangidos pela pobreza do Nordeste brasileiro, expressa na falta de alternativas econômicas nos locais de origem, na precária implantação de obras de infraestrutura, no limitado crescimento de mercado, na indisponibilidade de terras exploráveis, entre outros motivos. Vêm à Amazônia atrás da realização de sonhos e esperanças.

Outro fenômeno em curso refere-se à mudança que se processou na estrutura da população brasileira a partir da década de 1970. Na Amazônia, mais de 75% da população vive

¹ Original recebido em 5/1/2010 e aprovado em 5/2/2010. O autor expressa seus agradecimentos à International Association of Agricultural Economists, à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, à Fundação Heinrich Boll e ao Dr. Jan Börner, pela oportunidade de participar desse minissimpósio.

² KINGO, A.; HOMMA, O. Payments are not enough: arguments for an agricultural policy approach to forest conservation in the Amazon. In: CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL ASSOCIATION OF AGRICULTURAL ECONOMISTS, 27., 2009, Beijing, CN. **Mini Symposium:** "Conservation payments for sustainable agriculture in the Amazon: innovation or wishful thinking?". [S.l.]: IAAE, 2009. Tradução livre.

³ Agrônomo, Doutor em Economia Rural, pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, Belém, Pará. E-mail: homma@cpatu.embrapa.br

nas cidades. A partir de 1970, a população rural brasileira vem decrescendo a cada ano, fenômeno que se repete com a população rural da Amazônia desde 1991. Isso é um indicador de que precisamos aumentar a produtividade da terra e da mão de obra, o que não coaduna com atividades de baixa produtividade, como o extrativismo vegetal.

Há muitas propostas visando à salvação da floresta amazônica. Uma que teve grande repercussão refere-se à criação de reservas extrativistas, proposta essa que ganhou forte impacto, sobretudo depois do assassinato de Chico Mendes, em 1988. Mas a atividade extrativa só é viável enquanto o mercado for pequeno; quando o mercado começa a crescer, os agricultores passam a explorar a agricultura e, em sequência, ocorre o colapso dessa atividade. Esta também é a história de mais de 3 mil plantas cultivadas no mundo inteiro. A primeira maçã que Adão e Eva provaram no Paraíso foi uma maçã extrativa. A economia extrativa compreende três fases: a expansão, seguida pela estabilização e finalmente pelo declínio. Na sequência, vem o manejo dos recursos naturais e a domesticação das plantas, que pode evoluir para a produção de sintéticos.

Outra proposta está relacionada à implantação de sistemas agroflorestais, baseada na experiência de imigrantes japoneses na Amazônia. Trata-se de um sistema adequado à ocupação de áreas degradadas, cujo sucesso vai depender do mercado das plantas componentes, tais como cacau, seringueira, castanha-do-pará, cupuaçu, açaí, reflorestamento, dendê, entre outras. Culturas anuais e pastagens exigem áreas extensas que possam atender às demandas do mercado, em contraposição aos cultivos perenes, que requerem apenas um décimo dessas áreas para garantir o abastecimento interno, suprimir as importações e gerar excedentes para a exportação.

Para garantir a redução dos desmatamentos verificados nos últimos 4 anos, é importante incorporar áreas degradadas na mesma proporção da sua supressão, sob o risco de provocar a desativação das atividades produtivas. As atuais

políticas ambientais praticadas no País vêm, infelizmente, desprezando esse fato.

Outro aspecto a considerar refere-se à importância que a agricultura da Amazônia brasileira representa no cenário nacional. A Amazônia concentra a seguinte produção, em termos nacionais: bovinos (35%), bubalinos (70%), dendê (83%), pimenta-do-reino (85%), soja (33%), arroz (30%), mandioca (36%), algodão (49%), entre outras.

É preciso modernizar o *shifting cultivation* baseado no processo neolítico da derruba e queima, praticado por mais de 600 mil pequenos produtores, atividade que se perpetua desde os primórdios da ocupação, utilizada, por exemplo, pelos assentados do Incra e pelas invasões. Precisamos intensificar a agricultura, utilizar mais fertilizantes e mecanização agrícola, desenvolver tecnologias apropriadas, melhorar a infraestrutura social nas fronteiras abertas e fortalecer a garantia contra invasões.

Há quem seja contra a atividade pecuária na Amazônia. Mas não podemos esquecer que as pastagens representam a maior forma de uso da terra na Amazônia. Cerca de 51 milhões de hectares, representando 70% da área desmatada até o momento, são de pastagens em diferentes estágios de degradação. Trata-se de uma pecuária (de corte e leite) de baixa produtividade, tanto do tamanho do rebanho quanto das pastagens. Seria possível reduzir a área de pastagens pela metade e manter o mesmo rebanho mediante o aumento da produtividade. Os Estados Unidos, com a metade do rebanho nacional, produzem mais do que o dobro de carne do Brasil.

O mesmo ocorre com as culturas alimentares, como a mandioca e o arroz. A produtividade de mandioca no Pará (maior produtor) é de 15 t/ha, enquanto, no Paraná (segundo produtor), os agricultores conseguem obter o dobro ou o triplo dessa produção. A produtividade de arroz é de apenas 1.500 kg/ha nas áreas derrubadas e queimadas.

Outra solução plausível é reflorestar áreas que precisam ser preservadas. Na Amazônia

brasileira, somente 6% da área foi, até agora, reflorestada, o que corresponde a um pouco mais de 300 mil hectares. Isso representa uma vez e meia a área reflorestada no Estado do Espírito Santo. É preciso ampliar o reflorestamento até dez vezes aquilo que é praticado e também substituir o modelo de extração de madeiras de florestas nativas.

Duas plantas da Amazônia – o cacau e a seringueira –, que foram muito importantes no passado, foram levadas para países africanos e asiáticos, onde se tornaram importantes cultivos. Atualmente, o Brasil importa $\frac{1}{3}$ do que necessita em cacau, e 75% da sua demanda de borracha natural. É muito! É preciso plantar mais de 100 mil hectares de plantas de cacau e 200 mil hectares de seringueiras, que possam substituir essas importações e, assim, gerar emprego e renda para a população da Amazônia.

Outra atividade promissora é o cultivo do dendê. Atualmente, o Brasil importa $\frac{2}{3}$ do que é consumido, indicando que precisamos plantar mais de 120 mil hectares dessa palmeira para substituir a importação. Se forem consideradas as possibilidades de produção de biodiesel a partir do dendê, precisaremos acrescentar uma produção de mais 200 mil hectares.

Há dezenas de produtos da biodiversidade, como fruteiras, plantas medicinais e aromáticas, que poderiam ser explorados nas áreas desmatadas e também para recuperar áreas degradadas. A título de exemplo, citem-se a castanha-do-pará, o pau-rosa e o açaí. O discurso da biodiversidade precisa sair do contexto abstrato e focar, com metas efetivas, na biodiversidade do passado e do presente, incorporando a exploração de novas plantas.

Como já foi dito, há necessidade de desenvolver um novo modelo de pecuária na Amazônia, concentrando um mesmo rebanho em áreas bem menores, e liberando a outra parte para a regeneração dos pastos e para outras atividades sustentáveis. A área ocupada por 12 milhões de hectares de culturas anuais também pode ser explorada com mais produtividade. Da mesma forma, os 600 mil hectares

utilizados para cultivos perenes podem ser dobrados ou triplicados.

Outro importante tópico está na recuperação de áreas que deveriam ter sido preservadas, como as margens e as nascentes dos rios, os morros, as áreas de interesse da biodiversidade e também para compor as Áreas de Preservação Permanente (APP) e a Área de Reserva Legal (ARL). Aqui há dois caminhos: ou explorar economicamente ou deixar que a natureza promova a recuperação.

Há ainda a questão do problema ambiental urbano na Amazônia. Na calha do rio Amazonas e seus afluentes, estão localizadas médias e grandes cidades, algumas delas, como Manaus e Belém, com mais de 2 milhões de habitantes. Como o rio fica na parte mais baixa da região, todo o esgoto é drenado para a calha do rio Amazonas. Como muitos dos afluentes do rio Amazonas têm nascentes nos países vizinhos, onde também são feitos desmatamentos nas cabeceiras dos rios, é preciso que a solução venha por um empenho coletivo, ou seja, pela formação de um “condomínio dos países da bacia Amazônica”, para garantir a integridade da bacia. Não se descartam também os riscos de vazamento decorrentes da extração de petróleo nas Amazônias brasileira, peruana e equatoriana.

Na Amazônia Legal, somente 11% das estradas são asfaltadas, apenas 36% das propriedades rurais possuem energia elétrica, 2 milhões de famílias recebem o Bolsa Família (representando 17% do total nacional para garantir sua sobrevivência) e há mais de 214 mil pessoas infectadas com malária. Enfim, a região apresenta um baixo IDH.

Existe um reduzido contingente de cientistas na Amazônia. São somente 3 mil pesquisadores com nível de doutorado, envolvidos em todas as áreas do conhecimento, o que representa 4,5% do total nacional. Esse é um resultado muito pequeno se for considerado que, no Brasil, anualmente, são graduados 10 mil estudantes com nível de doutorado. O custo social da falta de um agressivo sistema

de pesquisa agrícola e de extensão rural pode ser traduzido pelo elevado nível de destruição dos recursos naturais.

No período de 7 a 18 de dezembro de 2009, representantes de 193 países participaram da 15ª Reunião das Partes sobre o Clima (COP-15), em Copenhague, na Dinamarca, para discutir o futuro das negociações climáticas, tendo proposto, entre outras coisas, medidas de redução da emissão de carbono.

Para os países desenvolvidos, a forma mais barata para reduzir as emissões de carbono é a supressão dos desmatamentos e das queimadas nos países tropicais. Com esse propósito, a região Amazônica deve receber especial atenção por parte dos promotores da redução das emissões dos desmatamentos e degradação florestal (REDD), na forma de medidas de prevenção da destruição da floresta e de controle do desmatamento, o que resultaria em mitigação das alterações climáticas. Muitas das propostas apresentadas não passam de assistencialismo ambiental e, se forem colocadas em curso, a internacionalização branca da Amazônia estará em marcha, transformando a Amazônia em paraíso para as ONGs e prescindindo dos parques investimentos federais na região.

A solução definitiva para a Amazônia vai depender da execução de um grande esforço de ampliação da fronteira do conhecimento científico e tecnológico. O Brasil, nos últimos 50 anos, mostrou ao mundo quatro grandes e bem-sucedidos empreendimentos: a exploração de petróleo de lâminas de água profunda, a fabricação de aeronaves regionais, o desen-

volvimento da agricultura nos Cerrados e a tecnologia dos biocombustíveis. Chegou a vez de fazer uma quinta revolução: a tecnológica na Amazônia.

É preciso advertir que a redução da destruição dos recursos naturais na Amazônia vai depender muito mais do desenvolvimento de atividades agrícolas sustentáveis em áreas desmatadas do que da coleta de produtos florestais e da venda dos serviços ambientais. A política agrícola pode fazer muito mais pelo meio ambiente do que a venda de serviços ambientais. Muitas comunidades de agricultura familiar devem estar iludidas, na crença de que vão sobreviver sem trabalhar, mediante a venda de serviços ambientais, quando, na verdade, estarão sujeitas às regras da oferta e procura a médio e a longo prazos.

Não é ocioso lembrar que a Amazônia precisa aumentar sua produtividade agrícola para reduzir a pressão sobre os recursos naturais, que é preciso promover a domesticação de plantas potenciais, e ainda substituir as importações de produtos tropicais (como seringueira, dendê, cacau). Por fim, necessita dar incentivo a iniciativas de recuperação de áreas que não deveriam ter sido desmatadas. Os problemas ambientais na Amazônia não são isolados, ou seja, têm conexão com outras regiões nacionais e outros países, e uma das soluções para resolvê-los pode estar relacionada à utilização das áreas desmatadas e de um forte aparato de pesquisa científica e de extensão rural. Precisamos construir o futuro da Amazônia em um cenário sem desmatamento e sem queimadas, independentemente de pressões externas.

Instrução aos autores

1. Tipo de colaboração

São aceitos, por esta Revista, trabalhos que se enquadrem nas áreas temáticas de política agrícola, agrária, gestão e tecnologias para o agronegócio, agronegócio, logísticas e transporte, estudos de casos resultantes da aplicação de métodos quantitativos e qualitativos aplicados a sistemas de produção, uso de recursos naturais e desenvolvimento rural sustentável que ainda não foram publicados nem encaminhados a outra revista para o mesmo fim, dentro das seguintes categorias: a) artigos de opinião; b) artigos científicos; d) textos para debates.

Artigo de opinião

É o texto livre, mas bem fundamentado sobre algum tema atual e de relevância para os públicos do agronegócio. Deve apresentar o estado atual do conhecimento sobre determinado tema, introduzir fatos novos, defender idéias, apresentar argumentos e dados, fazer proposições e concluir de forma coerente com as idéias apresentadas.

Artigo científico

O conteúdo de cada trabalho deve primar pela originalidade, isto é, ser elaborado a partir de resultados inéditos de pesquisa que ofereçam contribuições teórica, metodológica e substantiva para o progresso do agronegócio brasileiro.

Texto para debates

É um texto livre, na forma de apresentação, destinado à exposição de idéias e opiniões, não necessariamente conclusivas, sobre temas importantes atuais e controversos. A sua principal característica é possibilitar o estabelecimento do contraditório. O texto para debate será publicado no espaço fixo desta Revista, denominado Ponto de Vista.

2. Encaminhamento

Aceitam-se trabalhos escritos em Português. Os originais devem ser encaminhados ao Editor, via e-mail, para o endereço **regina.vaz@agricultura.gov.br**.

A carta de encaminhamento deve conter: título do artigo; nome do(s) autor(es); declaração explícita de que o artigo não foi enviado a nenhum outro periódico para publicação.

3. Procedimentos editoriais

a) Após análise crítica do Conselho Editorial, o editor comunica aos autores a situação do artigo: aprovação, aprovação condicional ou não-aprovação. Os critérios adotados são os seguintes:

- adequação à linha editorial da revista;
- valor da contribuição do ponto de vista teórico, metodológico e substantivo;
- argumentação lógica, consistente, e que ainda assim permita contra-argumentação pelo leitor (discurso aberto);
- correta interpretação de informações conceituais e de resultados (ausência de ilações falaciosas);
- relevância, pertinência e atualidade das referências.

b) São de exclusiva responsabilidade dos autores, as opiniões e os conceitos emitidos nos trabalhos. Contudo, o editor, com a assistência dos conselheiros, reserva-se o direito de sugerir ou solicitar modificações aconselhadas ou necessárias.

c) Eventuais modificações de estrutura ou de conteúdo, sugeridas aos autores, devem ser processadas e devolvidas ao Editor, no prazo de 15 dias.

d) A seqüência da publicação dos trabalhos é dada pela conclusão de sua preparação e remessa à oficina gráfica, quando então não serão permitidos acréscimos ou modificações no texto.

e) À Editoria e ao Conselho Editorial é facultada a encomenda de textos e artigos para publicação.

4. Forma de apresentação

a) Tamanho – Os trabalhos devem ser apresentados no programa *Word*, no tamanho máximo de 20 páginas, espaço 1,5 entre linhas e margens de 2 cm nas laterais, no topo e na base, em formato A4, com páginas numeradas. A fonte é *Times New Roman*, corpo 12 para o texto e corpo 10 para notas de rodapé. Utilizar apenas a cor preta para todo o texto. Devem-se evitar agradecimentos e excesso de notas de rodapé.

b) Títulos, Autores, Resumo, *Abstract* e Palavras-chave (*key-words*) – Os títulos em Português devem ser grafados em caixa baixa, exceto a primeira palavra ou em nomes próprios, com, no máximo, 7 palavras. Devem ser claros e concisos e expressar o conteúdo do trabalho. Grafar os nomes dos autores por extenso, com letras iniciais maiúsculas. O resumo e o abstract não devem ultrapassar 200 palavras. Devem conter uma síntese dos objetivos, desenvolvimento e principal conclusão do trabalho. É exigida, também, a indicação de no mínimo três e no máximo cinco pala-vras-chave e *key-words*. Essas expressões devem ser grafadas em letras minúsculas, exceto a letra inicial, e seguidas de dois pontos. As Palavras-chave e *Key-words* devem ser separadas por vírgulas e iniciadas com letras minúsculas, não devendo conter palavras que já apareçam no título.

c) No rodapé da primeira página, devem constar a qualificação profissional principal e o endereço postal completo do(s) autor(es), incluindo-se o endereço eletrônico.

d) Introdução – A palavra Introdução deve ser grafada em caixa-alta-e-baixa e alinhada à esquerda. Deve ocupar, no máximo duas páginas e apresentar o objetivo do trabalho, importância e contextualização, o alcance e eventuais limitações do estudo.

e) Desenvolvimento – Constitui o núcleo do trabalho, onde que se encontram os procedimentos metodológicos, os resultados da pesquisa e sua discussão crítica. Contudo, a palavra Desenvolvimento jamais servirá de título para esse núcleo, ficando a critério do autor empregar os títulos que mais se apropriem à natureza do seu trabalho. Sejam quais forem as opções de título, ele deve ser alinhado à esquerda, grafado em caixa baixa, exceto a palavra inicial ou substantivos próprios nele contido.

Em todo o artigo, a redação deve priorizar a criação de parágrafos construídos com orações em ordem direta, prezando pela clareza e concisão de idéias. Deve-se evitar parágrafos longos que não estejam relacionados entre si, que não explicam, que não se complementam ou não concluem a idéia anterior.

f) Conclusões – A palavra Conclusões ou expressão equivalente deve ser grafada em caixa-alta-e-baixa e alinhada à esquerda da página. São elaboradas com base no objetivo e nos resultados do trabalho. Não podem consistir, simplesmente, do resumo dos resultados; devem apresentar as novas descobertas da pesquisa. Confirmar ou rejeitar as hipóteses formuladas na Introdução, se for o caso.

g) Citações – Quando incluídos na sentença, os sobrenomes dos autores devem ser grafados em caixa-alta-e-baixa, com a data entre parênteses. Se não incluídos, devem estar também dentro do parêntesis, grafados em caixa alta, separados das datas por vírgula.

- Citação com dois autores: sobrenomes separados por “e” quando fora do parêntesis e com ponto-e-vírgula quando entre parêntesis.
- Citação com mais de dois autores: sobrenome do primeiro autor seguido da expressão et al. em fonte normal.
- Citação de diversas obras de autores diferentes: obedecer à ordem alfabética dos nomes dos autores, separadas por ponto-e-vírgula.
- Citação de mais de um documento dos mesmos autores: não há repetição dos nomes dos autores; as datas das obras, em ordem cronológica, são separadas por vírgula.
- Citação de citação: sobrenome do autor do documento original seguido da expressão “citado por” e da citação da obra consultada.
- Citações literais que contenham três linhas ou menos devem aparecer aspeadas, integrando o parágrafo normal. Após o ano da publicação acrescentar a(s) página(s) do trecho citado (entre parênteses e separados por vírgula).
- Citações literais longas (quatro ou mais linhas) serão destacadas do texto em parágrafo especial e com recuo de quatro espaços à direita da margem esquerda, em espaço simples, corpo 10.

h) Figuras e Tabelas – As figuras e tabelas devem ser citadas no texto em ordem seqüencial numérica, escritas com a letra inicial maiúscula, seguidas do número correspondente. As citações podem vir entre parênteses ou integrar o texto. As Tabelas e Figuras devem ser apresentadas no texto, em local próximo ao de sua citação. O título de Tabela deve ser escrito sem negrito e posicionado acima desta. O título de Figura também deve ser escrito sem negrito, mas posicionado abaixo desta. Só são aceitas tabelas e figuras citadas efetivamente no texto.

i) Notas de rodapé – As notas de rodapé devem ser de natureza substantiva (não bibliográficas) e reduzidas ao mínimo necessário.

j) Referências – A palavra Referências deve ser grafada com letras em caixa-alta-e-baixa, alinhada à esquerda da página. As referências devem conter fontes atuais, principalmente de artigos de periódicos. Podem conter trabalhos clássicos mais antigos, diretamente relacionados com o tema do estudo. Devem ser normalizadas de acordo com a NBR 6023 de Agosto 2002, da ABNT (ou a vigente).

Devem-se referenciar somente as fontes utilizadas e citadas na elaboração do artigo e apresentadas em ordem alfabética.

Os exemplos a seguir constituem os casos mais comuns, tomados como modelos:

Monografia no todo (livro, folheto e trabalhos acadêmicos publicados).

WEBER, M. **Ciência e política**: duas vocações. Trad. de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 4. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 1983. 128 p. (Coleção Weberiana).

ALSTON, J. M.; NORTON, G. W.; PARDEY, P. G. **Science under scarcity**: principles and practice for agricultural research evaluation and priority setting. Ithaca: Cornell University Press, 1995. 513 p.

Parte de monografia

OFFE, C. The theory of State and the problems of policy formation. In: LINDBERG, L. (Org.). **Stress and contradictions in modern capitalism**. Lexington: Lexington Books, 1975. p. 125-144.

Artigo de revista

TRIGO, E. J. Pesquisa agrícola para o ano 2000: algumas considerações estratégicas e organizacionais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 9, n. 1/3, p. 9-25, 1992.

Dissertação ou Tese

Não publicada:

AHRENS, S. **A seleção simultânea do ótimo regime de desbastes e da idade de rotação, para povoamentos de pinus taeda L. através de um modelo de programação dinâmica**. 1992. 189 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Publicada: da mesma forma que monografia no todo.

Trabalhos apresentados em Congresso

MUELLER, C. C. Uma abordagem para o estudo da formulação de políticas agrícolas no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 8., 1980, Nova Friburgo. **Anais...** Brasília: ANPEC, 1980. p. 463-506.

Documento de acesso em meio eletrônico

CAPORAL, F. R. **Bases para uma nova ATER pública**. Santa Maria: PRONAF, 2003. 19 p. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/ater/Docs/Bases%20NOVA%20ATER.doc>>. Acesso em: 06 mar. 2005.

MIRANDA, E. E. de (Coord.). **Brasil visto do espaço**: Goiás e Distrito Federal. Campinas, SP: Embrapa Monitoramento por Satélite; Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. 1 CD-ROM. (Coleção Brasil Visto do Espaço).

Legislação

BRASIL. Medida provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p. 29514.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 42.822, de 20 de janeiro de 1998. **Lex**: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

5. Outras informações

a) O autor ou os autores receberão três exemplares do número da Revista no qual o seu trabalho tenha sido publicado.

b) Para outros pormenores sobre a elaboração de trabalhos a serem enviados à Revista de Política Agrícola, contatar a coordenadora editorial, Marlene de Araújo ou a secretária Regina M. Vaz em:

marlene.araujo@embrapa.br
Telefone: (61) 3448-4159 (Marlene)
Telefone: (61) 3218-2209 (Regina)

Colaboração

Embrapa

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária



Secretaria de Política Agrícola Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento